

Só o regimento definirá a soberania

Relator das normas provisórias não acata emendas e adia a discussão



Ulysses, Souto e Cardoso: à espera do substitutivo às normas

A soberania da Constituinte sobre todos os poderes e assunto para o regimento definitivo da Assembleia. Ao apresentar ontem o seu substitutivo às normas provisórias de funcionamento, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) anunciou que não acatou nenhuma das muitas emendas apresentadas neste sentido porque a importância do assunto exige que seja tema da regulamentação definitiva.

Em seu substitutivo, onde aproveitou algumas das 165 emendas propostas ao projeto, o senador paulista manteve a filosofia do texto original, elaborado pelo deputado Vivaldo Barbosa e pelo senador Aluizio Chaves. "Limitar-me a alterar artigos que não estavam muito claros, mas sempre restringindo-me à matéria regimental. Exatamente por isso é que não acolhi emendas substantivas".

SUBSTITUTIVO

Em seu parecer, Fernando Henrique fixou em 94 o

número mínimo de parlamentares necessários para a abertura de uma sessão da Constituinte. Extinguiu o voto de liderança, estabelecendo que o processo de votação se fara sempre pelo sistema nominal.

Para aprovação de projetos constitucionais, de acordo com o substitutivo de Cardoso, é necessária a maioria absoluta dos constituintes se pronunciarem a favor da matéria. Isso não se aplica à votação do próprio regimento provisório, que pode passar por maioria simples. (metade mais um dos presentes). Ele também prevê a eventualidade de votações secretas, mas não para matérias constitucionais.

O acesso de pessoas ao plenário da Constituinte também foi regulamentado pelo líder peemedebista. Além dos constituintes e funcionários em serviço, ele abre a possibilidade de que a imprensa credenciada, mediante entendimento de seus comitês com a presidência da Assembleia,

permaneça no recinto.

O parecer de Fernando Henrique não trata da transmissão das sessões da Constituinte em cadeia de rádio e televisão, como determina o projeto de regimento definitivo. Segundo explicou o senador, esta não é matéria para as normas provisórias, até porque a discussão dos temas constitucionais propriamente ditos ainda não foi iniciada.

As 19 horas de ontem, aguardando a liberação de seu substitutivo pela grafia do Senado, o líder peemedebista acreditava que o regimento provisório seria votado ontem mesmo. Ele contestou as acusações da bancada do PDS, segundo a qual o adiamento da sessão vespertina teve o objetivo de impedir críticas às últimas medidas econômicas: "O problema é que o parecer ainda não estava pronto. Agora, quem quer encontrar chifre em cabeça de cavalo termina encontrando mesmo".

Passarinho já teme naufrágio

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), advertiu ontem que a Assembleia Nacional Constituinte parece estar navegando no Titanic sem ver a ponta do iceberg, que pode causar o naufrágio. O iceberg, para Passarinho, é a inflação dos últimos meses que terá consequências irreparáveis na área social.

O PMDB foi acusado pelo líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), de estar procurando fugir ao debate sobre o fracasso da política econômica do Governo. O deputado Victor Faccioni (RS) quer o PDS apoiar o movimento dos agricultores, que deverão concentrar de 15 a 20 mil pessoas em Brasília na próxima sexta-feira.

TEMOR

A cúpula do PDS mostra-se muito preocupada com o fracasso da política econômica do Governo, que está provocando uma crise político-institucional da maior gravidade. Na opinião de Passarinho, em vez de acusações a comerciantes e industriais, deveria ser encontrada uma palavra de moderação e conciliação.

Um exemplo do recente pronunciamento do presidente da Confederação Nacional do Comércio.

O desarmamento do Governo e sentido, também, na tentativa frustrada do pacto social. Apesar de o ter limitado a apenas dois setores da sociedade, empregados e empresários, o fracasso foi inevitável. Na Espanha a situação foi totalmente diferente. O Pacto de Moncloa tornou-se uma realidade com o apoio de todos.

o desaparecimento de milhares de toneladas de carne, a importação de arroz estragado e leite contaminado, etc.

A manifestação dos agricultores em Brasília, marcada para sexta-feira vindoura, e, para o deputado Victor Faccioni, uma prova de que a situação agropecuária é muito perigosa. Ele acredita que virão cerca de 15 a 20 mil agricultores e deseja que o PDS, como partido, apoie esse movimento.

Duque espera bomba

O agravamento da crise econômica poderá ter sobre o trabalho dos constituintes o efeito de uma verdadeira bomba, advertiu ontem o deputado Hélio Duque, um dos especialistas do PMDB para o setor econômico-financeiro e até recentemente vice-líder do partido, cargo do qual se afastou por não concordar com a orientação da liderança.

Não obstante, Duque elogiou as recentes medidas adotadas pelas autoridades econômicas, sublinhando que, finalmente, o Governo "saiu da lefargia em que se achava para encarar de frente as dificuldades. Os problemas, contudo, se agravaram de tal forma que a crise poderá perturbar o trabalho dos constituintes", afirmou.

E impossível ignorar as dimensões dessa crise, segundo Hélio Duque, que lembra a retomada da inflação galopante, a queda das reservas para o preocupante nível de 2 bilhões

A Constituinte está, no seu entender, cometendo um erro gravíssimo porque ficou nos primeiros dias, discutindo assuntos políticos quando a crise econômica condiciona tudo. A inflação confessada de 11 por cento em janeiro e a de 17 por cento, anunciada para fevereiro, terão irreparáveis consequências na área social.

FUGA

O líder do PDS na Câmara condenou ontem o PMDB por estar fugindo ao debate econômico. Na sua opinião, a suspensão da sessão da tarde porque o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) ainda não tinha o parecer, foi, na verdade, um pretexto. "Eles não têm e como explicar o que está acontecendo", observou.

Lembra Amaral que o PDS sempre criticou o Plano Cruzado porque não tinha sustentação econômica, mas o PMDB dele se valeu para vencer as eleições. Apesar de todas as reclamações, o Governo não tomou providências e até hoje não foram explicados

o desaparecimento de milhares de toneladas de carne, a importação de arroz estragado e leite contaminado, etc.

A manifestação dos agricultores em Brasília, marcada para sexta-feira vindoura, e, para o deputado Victor Faccioni, uma prova de que a situação agropecuária é muito perigosa. Ele acredita que virão cerca de 15 a 20 mil agricultores e deseja que o PDS, como partido, apoie esse movimento.

de 500 milhões de dólares, as dificuldades de nossa balança comercial, em face da queda das exportações e aumento das importações, resultando em menor superávit cambial e, por último, a perspectiva de uma alta de juros nos estados.

O diretor do poderoso Federal Reserve dos Estados Unidos, Paul Volcker, falando perante o Senado americano — disse Duque — afirmou que a única alternativa para o governo de seu país é aumentar as taxas de juros para atrair capitais que estão fugindo e, com estes, enfrentar o grave problema do déficit acumulado, que já chega perto dos 800 bilhões de dólares.

A alta dos juros parece a única alternativa do governo norte-americano para enfrentar esse déficit, principalmente quando se sabe que o dólar sofreu uma desvalorização entre 23 e 25 por cento — acentuou o deputado.

Política em crise

O presidente Jose Sarney deverá começar a exercer o maior vigor o poder de Governo para contornar a crise política, já identificada como grave por constituintes de sua estrita confiança. Este exercício do poder em pleno estilo presidencialista levará à reforma do Ministério, a fim de lhe garantir ampla maioria na Constituinte.

No último fim de semana, o presidente Jose Sarney disse a um senador do PMDB, seu amigo desde quando chegou ao Rio como jovem deputado, que considera "uma anomalia" a criação de um líder do Governo na Constituinte. Esta hipótese, porém, foi posta em circulação pelo Planalto logo após a instalação da Assembleia.

Sarney não fala de política

O presidente José Sarney, durante as audiências que tem concedido no Palácio do Planalto, está conversando muito mais sobre a crise econômica que a respeito de temas políticos. Sobre esses últimos, ele vem mantendo reserva e tem evitado discutir os problemas da Assembleia Nacional Constituinte ou a questão da duração do seu próprio mandato.

Ontem, Sarney recebeu 27 parlamentares, 16 deles em conversa particular, mas com nenhum se referiu ao seu mandato, inclusive por entender que a Constituinte tem plenos poderes para reduzir ou manter os seis anos que estão fixados na atual Carta Magna.

O deputado Paulo Mincaroni (PMDB/RS), segundo vice-presidente da Câmara, gastou seus 10 minutos de audiência falando sobre os problemas de seu Estado, e reivindicando medidas econômicas como o funcionamento da caderneta de poupança rural do Banco do Brasil, que está sendo protelada pelo Banco Central. Mincaroni acha

que o mandato deve ser de cinco anos, por entender que o de seis é muito longo, de quatro, muito curto. Ele também acha que a figura do líder do Governo no Congresso Nacional é "uma prática muito salutar", pois já existia antes do golpe militar de 64, lembrou.

Sarney fica só ouvindo as reivindicações dos parlamentares. Ele recebeu o deputado José Luiz de Sa (PL/RJ), que estava acompanhado por uma pequena comitiva. Sa foi pedir ao presidente Sarney para não privatizar a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), situada em Volta Redonda, alegando que existem 4.200 funcionários e cerca de 20 mil pessoas que dependem indiretamente de empresa. Além disso, a FEM deixa nos cofres do município mais de um bilhão de cruzados por ano.

Ao contrário do parlamentar carioca, o bancado do PFL paulista, liderado por Ricardo Izar, vice-líder do partido na Câmara, foi levar a Sarney a sua preocupação com a crescente intromissão do Governo na economia nacional.

Os deputados são favoráveis à manutenção do mandato de Sarney, mas defendem um período de quatro anos com direito à reeleição. Eles também consideram legítima a figura do líder do Governo no Congresso Nacional, por entenderem que o Governo precisa de um elo para ligar o Poder Executivo ao Poder Legislativo.

Outro pedido recebido por Sarney foi da bancada do PFL do Ceará. Os deputados desejam a instalação da refinaria da Petrobrás em Fortaleza, argumentando que o Estado já possui uma grande infraestrutura: portos, estradas e demanda para o produto. Em março, o estudo da Petrobrás sobre o local mais viável para a refinaria estará pronto.

O último pedido da parte da manhã foi do deputado Homero Santos (PFL/MG), que reivindicou a conclusão da estrada que liga Uberlândia a Planura, com cerca de 90 quilômetros. Ele defendeu o cumprimento da Constituição, preservando o mandato de seis anos para Sarney.

O presidente ganhou o livro "O Futuro da Democracia", de autoria do italiano Norberto Nobilo da Editora Paz e Terra, de propriedade do deputado Fernando Gasparian. Sarney leu a oração do livro e disse que era interessante, pois fala sobre a burocracia, o corporativismo e o assembleísmo.

Ulysses promete debater tese

O presidente Ulysses Guimarães assegurou ontem ao deputado Maurillo Ferreira Lima (PMDB-PE) que colocará em discussão e votação na próxima semana sua proposta de outorgar à mesa da Constituinte, ouvido o plenário, o poder de reformar por resolução qualquer artigo da Constituição em vigor.

Maurillo entendia que seu projeto, por reafirmar e assegurar a soberania da Constituinte, resolvia uma questão preliminar a ser debatida antes mesmo da feitura do regimento interno. Ulysses aceitou a tese, mas ponderou que primeiro era preciso votar o regimento provisório, normas mínimas para que a discussão e votação de uma questão política de tanta relevância não se fizesse em clima de tumulto.

Chiarelli é contra mudar Carta

A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para elaborar uma nova Carta constitucional e não para reformar a atual Constituição. A posição foi defendida ontem pelo líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, depois de conversar sobre o assunto com o presidente José Sarney.

A proposta feita pelo deputado Maurillo Ferreira Lima (PMDB/PE), da reforma da atual Carta Magna, no entender de Chiarelli, serve apenas para desorganizar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Quando o presidente José Sarney propôs a con-

vocação da Constituinte, através da emenda nº 26, foi definida a finalidade. Por isso as normas devem ser respeitadas, na opinião do senador.

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), se posicionou ontem totalmente contrário à proposta de conceder à Constituinte poderes para alterar a atual Constituição. "Fazer algo dessa natureza e o mesmo que dar um golpe. Os constituintes foram convocados para elaborar uma nova Constituição e

não para alterar a atual", afirmou. Amaral Netto disse que concorda com a necessidade de se alterar alguns itens da Constituição atual, mas que "isso é um problema para o Congresso Nacional. A Câmara e o Senado podem alterar a atual Constituição por maioria de 2/3". O líder pedessista informou que já está mantendo contato com líderes dos demais partidos pedindo apoio para a convocação do Congresso antes do final do receso, para que se vote com urgência as prerrogativas da Câmara e do Senado.

Encaminhados pelo presidente da Constituinte diretamente ao presidente da República. O líder Pimenta da Veiga contestou argumentando que os pedidos de informações não deveriam ser encaminhados ao presidente da República, mas aos seus auxiliares, como era feito antes.

E GOLPE

O PT tentou retirar do projeto de resolução o artigo que trata da votação secreta, mas a proposta foi rejeitada.

As 22h10min, exatamente uma hora após o início da sessão, o presidente Ulysses Guimarães a encerrou para surpresa de alguns constituintes, que no início tentaram colocar em discussão outros assuntos. Ulysses Guimarães agiu com firmeza e acelerou o processo de votação, fazendo, inclusive, o deputado Tilde de Lima descer da tribuna. Ele queria apresentar um projeto antes do início da votação, mas o presidente não permitiu.

Pedindo a colaboração de todos, o presidente Ulysses Guimarães falou da necessidade de se aprovar as normas preliminares que ele chamou de "rudimentares" e de vida efêmera.

O único incidente registrado aconteceu alguns minutos após o presidente Ulysses Guimarães encerrar a sessão. O balanço Joani dos Santos Souza, 24 anos, pulou da tribuna de honra para o plenário, agarrou um microfone, mas não conseguiu dizer nada. A segurança conseguiu impedi-lo quando chegava ao microfone de apertar.

Com um discurso sem muito sentido, Joani dos Santos disse que queria fazer um protesto contra a Constituinte porque ele é a favor do Império. Bem vestido, usando um terno bege, disse que era garçom. Ulysses Guimarães lamentou o incidente dizendo que "isto é um absurdo e compromete a segurança dos constituintes". Ele garantiu que as prisões serão tomadas. Joani Santos foi levado para a 2ª Delegacia Policial.

Constituinte culpa vedetes por atraso

Vedetismo. Com esta expressão, um parlamentar experiente do PMDB procurou justificar ontem a demora na votação do regimento provisório da Constituinte. Segundo ele, na ausência de apurados, deputados e senadores em primeiro mandato estão frustrando a Nação, que preferia ver a Assembleia discutindo os grandes temas institucionais do País, em lugar de brigar durante dias em torno de normas transitórias para seu próprio funcionamento.

O senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, acha que o protelamento dos debates substantiais da Constituinte pode gerar desencanto à Nação. "Se já existe uma frustração de ordem econômica e ela se estender à Constituinte, que é a grande esperança deste País, o que restará para garantir a estabilidade institucional?", indagou o senador. Já o líder peemedebista Fernando Henrique Cardoso, ao apresentar ontem seu substitutivo ao projeto de regimento provisório, defendeu uma demonstração inequívoca por parte dos constituintes perante a população, de que "temos pressa em elaborar o novo texto constitucional".

Para o senador paulista, a morosidade do processo legislativo é, muitas vezes, justificável. No caso da votação de normas provisórias para o funcionamento da Constituinte, seria preferível decidilas em prazo curto para que o debate pudesse finalmente ser deflagrado.

Para o senador paulista, a morosidade do processo legislativo é, muitas vezes, justificável. No caso da votação de normas provisórias para o funcionamento da Constituinte, seria preferível decidilas em prazo curto para que o debate pudesse finalmente ser deflagrado.

agora, o debate ocorrido todas as vezes em que foi elaborada uma nova Constituição sobre a soberania da Constituinte uma corrente jurídica defende que a Assembleia está acima de todos os poderes, com capacidade, até, para reformar o texto constitucional vigente. A outra, entende que a Constituinte é eleita apenas para elaborar uma nova Constituição, sem poder, portanto, para modificar a Carta em vigor.

E assim que pensa, por exemplo, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, que leva a discussão ao absurdo para defender o seu ponto de vista: "A soberania da Constituinte não lhe dá o direito de determinar que daqui, para frente, o brasileiro deve ser roxo e que todas as crianças devem nascer de pé preto".

Lavor pede o fim imediato dos decretos

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) defendeu ontem que a Assembleia Nacional Constituinte revogue imediatamente os artigos da Constituição que dão poderes ao Executivo para legislar por decreto-lei e os que tenham quaisquer resquícios de autoritarismo. Para ele, isto não causará problemas para o presidente Sarney, pois a Câmara e o Senado têm condições de votar e julgar um projeto de lei no prazo de três dias ou até menos.

Contudo, o senador pernambucano não acha que esteja ocorrendo um processo de esvaziamento da Constituinte, como chegou a sugerir ontem o líder do PTB, Carlos Alberto, para quem o Executivo estaria investindo nessa possibilidade, com o risco de deixar o povo frustrado com os constituintes.

AnCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Norte e Nordeste na Constituição

que deu certo na Constituição de 1946 bem que deveria ser reexaminado pelos constituintes de 87.

E que o Governo Central está obrigado a um mínimo de despesas com aquelas regiões, em proporção à arrecadação.

Na Constituição de 46, a União estava obrigada a gastar um mínimo de 3% da receita tributária em favor das regiões Norte e Nordeste.

A Constituição de 67 e a Emenda nº 1, que a alterou em outubro de 69, derrogaram os dois dispositivos. O Norte e o Nordeste perderam essa contrapartida de recursos, apesar de terem mantido o mesmo grau de pobreza e a mesma carga de problemas sociais e econômicos.

Ao longo dos últimos 20 anos foram esvaziados economicamente, com perdas significativas nas aplicações de capital. A política de desenvolvimento, implantada através de três planos regionais administrados pela Sudene, foi sobrestada em sua unidade e fracionada em seus objetivos ao ser desativado o plano diretor, uma das peças de planejamento melhor estruturadas, entre quantas o País produziu até aqui.

A Sudene e o Banco do Nordeste, a Sudam e o Basa, desde a extinção dos respectivos planos regionais, entraram em processo de deterioração. O Finor e o FInam mantiveram um nível de atuação que, infelizmente, vem caindo ano a ano. A divisão dos incentivos fiscais com as áreas de reflorestamento, hotelaria, pesca e indústria aeronáutica desfigurou os fundos regionais. Embora a vinculação orçamentária seja prática que deva ser vigiada em seu percentual, não se deve desprezar uma política que levou mais esperanças para aquelas duas áreas de tantos problemas no território brasileiro.

TURISMO

Um casal em lua-de-mel preferiu passear pelo Brasil. Em uma semana, a despesa foi de mil e quinhentos dólares, superior, portanto, a qualquer gasto no exterior. Os caminhos foram os do Sul.

AIDS EQUINA

Uma estranha doença que reduz as imunidades dos cavalos está grassando no Vale do Papanã, em Goiás. Os animais ficam anêmicos, sem defesa, e morrem. Os criadores da região estão ajoelhados pedindo socorro ao Ministério da Agricultura, que já viu, mas não quer ver, a peste. É uma espécie de Aids nos cavalos.

LIVRE

Empresários nacionais estão livres, a partir de hoje. Aqueles que incentivaram o agio, promoveram a sonegação de mercadorias, fizeram importações fraudulentas para aumentar os lucros, boicotaram o Governo, desmoralizaram o cruzado, estão amargando as consequências de seus gestos, ao verem que a desobediência civil começará pela reivindicação salarial que vai começar violenta no próximo mês.

CARROS

As montadoras tinham, em seus pátios, ontem, tanto quanto 13.920 carros incompletos, que não podem ser negociados. A partir de hoje vai sobrar carro no Brasil, porque as autopeças que recebiam para não entregar a encomenda, agora estão sendo acionadas pelas montadoras.

VIOLÊNCIA

A violência no mundo está assim. Os Estados Unidos estão sendo aconselhados a não invadirem o Líbano. Se o fizerem, seus seqüestrados morrerão. Há a indicação de que o terror se combate com terror. Desta forma, caberia aos Estados Unidos seqüestrarem também líderes xilitas para que a negociação fosse feita cabeça por cabeça. Horrível.

PFL ainda não sabe aonde vai

RAQUEL ULHOA Da Editora de Política

Como cegos em meio a um tiroteio, os constituintes pfeelistas buscam rumos diferentes para o seu partido. As posições de cada um esbarram-se pelos corredores da Câmara e do Senado, às vésperas da realização da convenção nacional do PFL, onde finalmente será revelado o pensamento da maioria. Ainda sem data marcada, o encontro poderá acontecer em abril, como sugere o presidente licenciado do partido, senador Guilherme Palmeiras que deverá renunciar formalmente ao cargo 30 dias antes, para que a convenção eleja a nova Executiva Nacional.

O deputado Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, está articulando um movimento para que o atual Diretório se dissolva, através de renúncia coletiva. Em reunião realizada na última quarta-feira, em sua casa, da qual participou o ministro Marco Maciel (Gabinete Civil), a tese foi defendida "como forma de revitalização do envelhecido PFL". Segundo Saulo, o grupo de deputados reunidos decidiu assumir uma "posição crítica" com relação à política econômica do Governo, já que

"PMDB quer impor"

A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) condenou a ideia da criação de cinco comissões, incluindo a de sistematização, para redigir o esboço de projeto da nova Constituição a ser submetida a plenário, argumentando que "o PMDB deseja impor aos demais partidos o modelo de Constituição que pretende para o País".

A Constituinte inteira deve e precisa participar do trabalho de elaboração da nova Carta Constitucional, segundo Sandra, que sugere a criação de comissões, possivelmente em número de 20, para tratar não de capítulos, mas de temas importantes, que vão desde a soberania nacional a questões do meio ambiente.

Sandra adverte que não está apresentando nenhuma ideia inovadora, mas aplicando prática comum no trabalho universitário. Seria o caso de, no primeiro estágio, designar as 20 comissões que teriam trinta, ou quase tanto, de deputados para tratar de temas específicos.